



PABLO GIOVANNI (INTERINO)
pablo.giovanni.df@dabr.com.br

Ibaneis propõe redução do ITBI

O governador Ibaneis Rocha (MDB) enviou à Câmara Legislativa (CLDF) um projeto de lei para reduzir a alíquota do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). O projeto propõe diminuir a taxa de 3% para 1% nas transferências de imóveis novos e prontos, e para 2% nos demais. O texto foi concluído pelo secretário de Economia, Ney Ferraz, na última quinta-feira, e assinado pelo chefe do Executivo local ontem. Se aprovado pelos deputados distritais, entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

É a segunda tentativa de Ibaneis de reduzir o ITBI. Em 2021, atendendo a demandas do setor empresarial, o imposto foi temporariamente reduzido para 1% entre janeiro e março de 2022. Após esse período, voltou para 3%. “Esse era um compromisso que assumimos: assim que ajustássemos as contas faríamos essa redução. Ela tem impacto significativo,

Mariana Campos/CB/D.A Press



especialmente na vida dos compradores de imóveis. Ao reduzirmos a alíquota de 3 para 2%, estamos falando de uma queda de quase 50% no valor do ITBI. Isso faz diferença, já que os imóveis em Brasília são caros”.

Deputado pede investigação sobre queima de fogos de artifício

O deputado distrital Daniel Donizet (MDB) encaminhou uma denúncia ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) sobre a queima de fogos de artifício realizada na Esplanada dos Ministérios, na noite de quinta-feira. A ação, que fazia parte da campanha de marketing do filme *Wicked*, estrelado pela atriz Cynthia Erivo e pela cantora Ariana Grande, ocorreu sem permissão e violou a Lei Distrital 6.647/2020, que proíbe o uso de artefatos pirotécnicos com estampidos na capital. Donizet, que é defensor da causa animal, destacou no ofício os impactos da queima de fogos para a fauna local.

Documentos interessam em processo contra o “Rei do Rebaixamento”

William Rogatto, considerado um dos maiores manipuladores de resultados do futebol brasileiro, é alvo de mandados de prisão e busca e apreensão expedidos por polícias civis e Ministérios Públicos de diversos estados, incluindo o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Rogatto foi detido, no início do mês, pela Interpol, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos.

A investigação conduzida pelo MPDFT aponta Rogatto como responsável pelo rebaixamento do Santa Maria no Candangão de 2024. O material apresentado à Justiça para fundamentar o mandado de busca e apreensão detalha manobras fraudulentas que o manipulador de jogos teria tentado realizar. Elas incluem não só o rebaixamento do “Santinha”, mas também a tentativa de desestabilizar a presidência da Federação de Futebol do DF. Com o acusado, agentes da Interpol apreenderam celulares, notebooks e documentos, que poderão auxiliar nas investigações conduzidas contra ele por diversos órgãos. O processo do MP contra o “rei do rebaixamento” tramita em segredo de Justiça.

Jefferson Rudy/Agência Senado



material cedido ao Correio



Investigadores apuram conexões entre ataque contra ex-dirigente do PRTB por facção

A tentativa de homicídio contra o ex-presidente do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), de São Paulo, ocorrida no mês passado na DF-001, segue em investigação pela Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF). A perícia constatou que o veículo blindado em que estavam os advogados Joaquim Pereira de Paula Neto e Patrícia Reitter de Jesus Oliveira foi atingido por quatro disparos.

O caso foi encaminhado ao Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado (Decor), devido a indícios de envolvimento de facção criminosa. No entanto, segundo investigadores consultados pela coluna, até o momento não foi confirmado o envolvimento de organizações delitivas, mas as investigações prosseguem.

Os advogados acusam a presidência do PRTB de envolvimento com a facção criminosa paulista Primeiro Comando da Capital (PCC). A possível ligação veio à tona durante a campanha eleitoral de Pablo Marçal, influenciador digital que concorreu à Prefeitura de São Paulo nas eleições de 2024.

Projeto de proteção a jovens atletas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou, na quinta-feira, o projeto de lei que visa proteger jovens atletas contra abuso sexual. A proposta, de autoria da deputada Erika Kokay (PT-DF), condiciona o repasse de recursos públicos para entidades esportivas sem fins lucrativos à adoção de medidas que resguem as vítimas. O projeto foi relatado no Senado pela senadora Damare Alves (Republicanos-DF).



Lide Brasília/Divulgação

Capitalismo consciente é essencial

A indiana Nilima Bhat foi a palestrante, ontem, do café da manhã realizado pelo Lide Brasília. Com experiência em ações relacionadas com o chamado capitalismo consciente e cultura organizacional, ela apresentou dados e números de marcas consagradas. Para alcançar o sucesso, essas empresas estabeleceram pilares importantes, como a cultura e a liderança conscientes, um propósito maior e uma orientação voltada para os stakeholders. “Um dos pilares fundamentais é o da liderança consciente, pois o empreendedor decide a cultura da empresa, e isso se reflete em seus liderados. O que o mundo precisa, hoje, é de uma liderança colaborativa e inclusiva”, comentou.

Palestra conquista PO

O presidente do Lide Brasília, o empresário Paulo Octávio, citou que os participantes do grupo que frequentam os encontros estão sempre discutindo assuntos e práticas de gestão que visam um mundo melhor. “Cabe a cada um de nós, empresários, consolidar esse sonho de ter um país e um planeta melhores”, disse.

Acompanhe a cobertura da política local com @pgiovannic

PRESOS / O DF tem uma população carcerária de 16.166 pessoas espremidas em 10.673 vagas espalhadas por sete presídios. Para reduzir a saturação carcerária, que chega a passar dos 250%, GDF investe na construção de novas cadeias

Risco de celas superlotadas

Carlos Vieira/CB/D.A Press

» DARCIANNE DIOGO
» LUIS FELYPE RODRIGUES*

A superlotação carcerária é uma preocupação permanente para promotores de Justiça que integram o Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional do Ministério Público do DF (Nupri/MPDFT). Na última segunda-feira, após inspeções no Complexo Penitenciário da Papuda — realizadas entre março e junho — e a análise dos dados coletados nessas vistorias, o grupo divulgou uma nota técnica sobre o assunto. O documento traz os principais problemas da sobrecarga no sistema prisional da capital federal. O núcleo apontou, por exemplo, carência na quantidade de agentes nos presídios e a possibilidade de surgimento de estruturas irregulares de comando entre os próprios sentenciados. E, de maneira geral, uma ocupação excessiva das celas, que varia de 120 a mais de 250% na quantidade de condenados dentro desses espaços. A exceção é a Penitenciária Feminina, com 574 detentas em 914 vagas (37,2% de espaço livre).

O DF tem, atualmente, 16.166 pessoas cumprindo pena nos sete



MPDFT: “A insuficiência de infraestrutura e escassez funcional ocasionam autogoverno entre presos”

presídios do complexo da Papuda, com 10.673 vagas. Conforme o relatório, o total de presos registrou aumento progressivo desde 2015, quando a população carcerária da região era de 13.849 indivíduos. Esse número passou a ser de 16.416, quatro anos depois. Em 2020, devido à pandemia da covid-19, foram adotadas

medidas emergenciais — como progressões de regime antecipadas, que permitiram cumprimento de sentença em prisão domiciliar — para reduzir o risco de contágio nas unidades prisionais. Isso resultou em uma diminuição do universo de encarcerados, que caiu para 15.446 em 2021. Até 2023, registrou-se uma relativa

estabilidade, sendo que esse ano, ao final, havia 15.469 custodiados, pouco abaixo de 5% do total de 2024. Ainda assim, para os promotores do Nupri o valor permite consequências “graves”.

“A insuficiência de infraestrutura e a escassez do quadro funcional são alguns dos principais desafios, ocasionando a

tendência de autogoverno entre os presos e de inefetivo controle por parte dos agentes do Estado. Essas medidas e decisões representam um esforço contínuo para aprimorar o sistema prisional brasileiro, garantindo que a administração da pena vise à ressocialização dos indivíduos e não à punição adicional decorrente de condições deletérias de detenção”, ressaltou os documento do Ministério Público.

Soluções

Como forma de enfrentar a situação do expressivo déficit de vagas, o GDF vê uma saída na construção da Penitenciária do DF 3 (PDF 3), obra sem data para ser concluída e que se encontra atrasada. A demora na entrega, anteriormente prevista para este ano, é atribuída à ineficiência da empresa contratada para realizá-la. Segundo os procuradores, a empresa “demonstra dificuldades para cumprir prazos”.

A Secretária de Administração Penitenciária (Seape) comunicou, formalmente, aos responsáveis pelo trabalho a rescisão do contrato no final de outubro. Entretanto, de acordo com a lei, eles têm o direito de apresentar

explicações para tentar reverter a decisão. A pasta não informou, contudo quando expirará o tempo máximo para essa espera.

Enquanto isso, de forma paliativa, para desafogar o sistema, a Vara de Execuções Penais acatou os argumentos da Seape e aceitou que o Centro de Detenção Provisório 1 em PDF 4 possa receber detentos. Segundo a secretaria, essa reestruturação, acompanhada do ingresso de novos policiais penais recém nomeados, possibilitaria a reativação de blocos de celas desativados, otimizando assim a utilização das vagas existentes. O Nupri, em sua nota técnica, destacou que “a transformação da unidade emaranhou positivamente a condição de lotação no sistema carcerário do Distrito Federal”.

Os promotores ressaltaram que a superlotação pode comprometer a segurança nas unidades prisionais, pois aumenta as demandas de controle e vigilância sobre uma população carcerária superior à capacidade ideal das instalações. Por sua vez, a Seape informou que o sistema penal local conta com 1.999 agentes penais.

* Estagiário sob supervisão de Manuel Martínez